

Racionalidade econômica e antropologia: Foucault e a crítica do conceito de “capital humano”

1. Introdução: descrição dos problemas

A análise que Foucault propõe sobre o neoliberalismo pode ser compreendida a partir de chaves de leitura distintas. De maneira esquemática, podemos dizer que ela se insere na pesquisa sobre as práticas de *governamentalidade* que guiara os cursos de 76, 77 e 78. Naquele momento, Foucault buscava entrelaçar dois grandes eixos de investigação: por um lado, uma genealogia das relações de poder que constituem as condições históricas de seu exercício; por outro lado, uma genealogia do sujeito que vai desembocar em seus últimos livros sobre o cuidado de si. A relação entre ambas as pesquisas nos é dado através do conceito de *governamentalidade*, conceito que de certa forma conjuga as duas séries: “*Chamo governamentalidade o encontro entre as técnicas de dominação exercida sobre os outros e as técnicas de si*” (FOUCAULT, 2001b, p.785). Momento decisivo de sua experiência intelectual, Foucault armava então uma relação entre os dispositivos concretos de governo e as possibilidades de autodeterminação do sujeito. Síntese problemática e tensa que produz uma antinomia que irá persistir até os seus últimos livros. Pois no mesmo momento que Foucault reconhecia algum nível de liberdade na construção da subjetividade, ele insistia também como a subjetividade se dá sempre dentro de condições materiais historicamente determinadas que condicionam os limites possíveis de tal liberdade.

Tendo tal antinomia como pando de fundo, devemos reconhecer como nossa relação com o neoliberalismo mudou desde as análises de Foucault. Pois, como bem mostraram David Harvey (2014), Wolfgang Streeck (2014) e Dardot e Laval (2016) - o neoliberalismo torna-se – em meados da década de 70 - o pensamento único e determinante das práticas governamentais impostas à dita sociedade globalizada. Consequentemente, estabelece-se uma hegemonia irrestrita da *forma de vida neoliberal* enquanto norma a ser tanto desejado individualmente quanto incondicionalmente valorado nas relações de reconhecimento intersubjetivo. Tal constatação, que redimensiona a questão neoliberal trazendo-a para o tempo presente, abre o campo de problemas a ser abordado pela nossa pesquisa.

Isso porque ela nos envia a uma questão filosófica fundamental, a saber, a da pergunta sobre o neoliberalismo enquanto o limite positivo daquilo que somos e podemos ser atualmente. Questão sobre o nosso presente, sobre aquilo que somos e fazemos de nós mesmos quando pensamos, trabalhamos, falamos e desejamos hoje. Interrogação, portanto, intimamente ligada ao que um dia Foucault chamou de uma “ontologia crítica do presente”: *dada a ordem histórico-material contemporânea, o que podemos ser, como podemos viver?* (FOUCAULT, 2015, p.21).

Colocar o problema dessa forma significa de antemão uma primeira decisão teórica em que o neoliberalismo passa a ser descrito e compreendido tanto por sua singularidade e concretude históricas, quanto por sua implicação determinante em tudo aquilo que é. É por isso que o curso sobre *O nascimento da biopolítica* talvez seja a análise mais marcantes de Foucault sobre *o dispositivo central de governo* da subjetividade contemporânea. Nesse sentido cabe lembrar, segundo a sugestão de Agamben, como o dispositivo foucaultiano encontra uma ressonância direta com a ideia “*de positividade histórica*” do jovem Hegel:

comum a todos esses termos é a referência a uma *oikonomia*, isto é, a um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo o objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos do homem. (AGAMBEN, 2009, p.23)

Parece-me que a grande atualidade do estudo de Foucault é, precisamente, a análise do neoliberalismo enquanto uma *racionalidade do poder econômico*, isto é, como um sistema integrado de relações, práticas, instituições e discursos dentro dos quais definimos os limites das condutas e dos valores a serem reflexivamente, ou inconscientemente, adotadas dentro do arranjo social. Nossa hipótese de trabalho, portanto, é que o neoliberalismo define uma *norma geral para a vida humana*, isto é, uma antropologia normativa. E é nesse sentido amplo que podemos defini-lo, como sugere Foucault, como a racionalidade biopolítica própria do capitalismo contemporâneo.

Partindo dessa hipótese de trabalho, o projeto propõe prolongar a reflexão foucaultiana em uma direção bastante circunscrita. Trata-se de centrar a análise em um conceito destacado por Foucault em seu curso de 1978, a saber, a noção antropológica do economista Gary Becker de “capital humano” (*human capital*). Com ela, a Escola de Chicago estabelecia a chave para a racionalização integral de populações no termo de

seu potencial econômico, estabelecendo um vínculo estrito entre a natureza humana, sua realização individual e o tipo de relações intersubjetivas a determinar a reprodução da vida social. Tal ênfase nos auxilia a determinar quão enganoso seria pensar que tal vínculo apenas recupere o clássico tema liberal do *homo oeconomicus*. Pelo contrário, seguindo algumas indicações de Foucault, é preciso entender em que medida a antropologia neoliberal difere de sua símile liberal a partir tanto de uma reconfiguração da ideia de mercado, quanto de uma mudança na compreensão da natureza humana do sujeito econômico. Compreender tal transformação é o primeiro objetivo de nossa pesquisa. Para tanto, é preciso retomar e desenvolver o quadro comparativo que Foucault propõe entre a tradição liberal clássica e o neoliberalismo a partir de uma análise histórica da ideia de mercado. Tal quadro estrutural de comparação histórica é que nos permitirá a descrição sistêmica da racionalidade e da antropologia próprios ao neoliberalismo.

Feito isso, partimos para o segundo objetivo do trabalho que é a inflexão educacional que tal imperativo econômico produz em nossos dispositivos e práticas de ensino. Seguindo o próprio estudo de Becker, percebemos que a noção de *capital humano* se torna central para pensar o desenvolvimento econômico-social de um país a partir de índices de desenvolvimento educacional de capital humano. Em outras palavras, o investimento e o acúmulo de capital humano de determinada população é redefinido como o vetor essencial de uma pujante economia livre de mercado. O que não se dá sem tensões com nossas práticas educativas-pedagógicas e com os ideais de desenvolvimento da cultura. Em uma palavra, a questão crítica se impõe: será que o campo da educação pode ser, em sua integralidade, pensado a partir de um viés economicista? Quais transformações, vantagens e riscos, tal compreensão de capital humano traz para a educação hoje? Apoiando-se nos trabalhos de Wendy Brown (2015), Martha Nussbaum (2010), Amartya Sen (1999) e Theodor Adorno (1995), gostaríamos de mostrar como o conceito de capital humano deve ser limitado a um aspecto da concepção global de educação e não determiná-la em sua totalidade, com o risco de fragilizarmos de forma substancial a vida democrática e os limites da liberdade do ser humano.

2.1 Fundamentação teórica: liberalismo e neoliberalismo

Foucault começa seu curso de 78 explicando como a grande inovação do pensamento liberal do século XVIII foi precisamente reformular a ideia de mercado (FOUCAULT, 2008, p.44-64). Para pensadores como Adam Smith, ou Jeremy Bentham, o mercado obedece a leis naturais, mecanismos absolutamente espontâneos sobre os quais não devemos interferir diretamente, mas sim buscar compreendê-los e deixá-los agir segundo sua complexidade intrínseca. Por conseguinte, o mercado não deve ser pensado como uma esfera de jurisdição, mas sim como o espaço de apresentação de uma verdade natural. Ao agir, ele acaba por si mesmo encontrando, por exemplo, “a medida justa entre o custo de produção e a extensão da demanda”, isto é, acaba por encontrar o “preço verdadeiro” dos produtos (FOUCAULT, 2008, p.53). Transformação decisiva, o mercado deixa de ser um espaço de justiça marcado pela regulação, para tornar-se um espaço de verdade constituído segundo leis aparentemente naturais.

Foucault insiste que tal transformação produz um efeito prático quanto ao problema da governamentalidade. Isso porque o surgimento de um *saber econômico*, ou seja, um discurso que tem pretensão de verdade quanto às regras das relações de troca, permite que os cidadãos e governantes disponham de um padrão objetivo que possibilita um juízo sobre as práticas políticas no que tange a administração das riquezas. “Em outras palavras, o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir falsificar ou verificar a prática governamental” (FOUCAULT, 2008, p.45). Consequentemente, se trata de uma relação entre governo e mercado instituído a partir da primazia da “verdade objetiva” de suas leis econômicas. Agora, o mercado passa a ter indicadores que expõem a eficácia de um governo. Em uma palavra, *o mercado se torna o espaço de verificação da política*.

Essa mudança reorganiza a função pública do governo e marca a especificidade da tradição liberal. Isso porque, como explica Foucault, o problema fundamental do direito público não será mais o de fundar a soberania, mas sim o de estabelecer limites jurídicos para o exercício do poder soberano. A teoria econômica passa a funcionar como uma instância crítica de limitação das funções de governo, pois ela dá aos homens o saber sobre aquilo no qual seria inútil, ou mesmo desastroso, interferir. Problema da utilidade, problema constitutivo do pensamento ético-político inglês: até que ponto é útil governar, até que ponto governar é inútil?

Não se trata, sublinhe-se, da primazia do problema jusnaturalista e do ideal de um contrato que regularia um campo de direito e deveres entre cidadãos e entre cidadãos e soberano. Trata-se de uma razão utilitarista e, portanto, artífice de cálculos que permitam

delimitar o governo para que ele não governe nem demais, nem de menos. Essa nova relação entre mercado e poder público rapidamente produz efeitos diversos. A partir de então, a razão de Estado deve ser pensada como uma razão regulada pela jurisdição do fato econômico e pela utilidade de sua intervenção no campo da economia. Eis o que essencialmente caracterizaria o que Foucault chama de *a arte de governar liberal*.

Além disso, Foucault insiste como o liberalismo é inseparável do desenvolvimento de toda uma *antropologia normativa* em que o sujeito é determinado muito mais como agente econômico do que como sujeito de direitos. O homem liberal reconhece-se como um *homo oeconomicus*, isto é, como um agente calculador de perdas e ganhos dentro do campo da livre iniciativa moldada segundo os interessantes individuais. Verso e reverso de toda uma arte de governar, antropologia e mercado livre imbricam-se funcionando como o núcleo central das ideias liberais. O que, como rapidamente se percebe, não se dá sem tensões. Pois, afinal, como constituir, ou o que entender por “social” perante à anomia característica do mercado e o egoísmo essencial dos agentes econômicos?

É em Bentham afirma Foucault - recuperando certas ideias já presentes em *Vigiar e Punir* - que nós teremos toda uma doutrina que visa conciliar interesses individuais e vida social através da implantação de um espaço de segurança do direito privado e de controle disciplinar. Práticas de governo supostamente capazes de permitirem que os interesses próprios aos homens possam convergir naturalmente para a maximização da felicidade de todos. Similarmente, em Adam Smith já encontrávamos a aposta na liberação do mercado como um mecanismo natural de síntese conciliatória de interesses díspares: “*máximo de lucro para os vendedores, mínimo de dispêndio para os compradores*” (FOUCAULT, 2008, p.74). O que significa dizer que o ideal social do liberalismo é construído não na superação das contradições e tensões da livre concorrência, mas na sua natural convergência utilitária: o enriquecimento de meu vizinho é também condição do meu enriquecimento e vice-versa.

Através desse esquema simples, Foucault propõe uma tríade constitutiva da racionalidade liberal tal como ela floresceu no séc. XVIII: 1) o mercado é um lugar de verdade definida por leis naturais; 2) tal verdade pode e deve limitar a prática do governo público segundo o valor da utilidade; 3) o homem é basicamente um agente econômico, isto é, alguém que essencialmente calcula segundo seu próprio interesse. A finalidade ideal de tal arranjo é permitir que a sociedade civil se teça como um amplo campo de trocas que tende naturalmente para o enriquecimento mútuo, o que maximizaria a

felicidade de todos. A premissa fundamental de tal racionalidade política é a síntese entre um naturalismo de base e um utilitarismo político-moral, pois a liberdade define-se “muito mais pela espontaneidade, pela mecânica interna e intrínseca dos processos econômicos do que uma liberdade jurídica reconhecida como tal para os indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p.84).

O século XIX e o começo do século XX conhecerão uma crise profunda do liberalismo como racionalidade política. Tanto entre os continuadores da tradição liberal – como John Stuart Mill – quanto por parte de pensadores ligados à tradição dialética, o Estado (re)aparece como um interventor cada vez mais legítimo e necessário na economia e na sociedade. É toda uma reorganização, ou superação, do capitalismo que entra em cena, por exemplo na defesa de uma agenda progressista capaz de melhorar as duras condições de pobreza da classe trabalhadora; ou ainda a retomada do Estado como instância de síntese que suprimiria as contradições próprias à anomia característica da sociedade civil (Hegel). Desde o século XIX uma profunda crítica à tradição liberal e a ficção do *laissez-faire* se efetiva através dos resultados desiguais e marginalizantes de grande parte do capitalismo pós revolução burguesa e industrial.

Como explicam Dardot e Laval (2016, p.57), a primeira guerra mundial e as crises que se acentuaram com ela apenas aceleram ainda mais tal revisionismo dos dogmas liberais. O que fazer agora com as velhas ficções de livre mercado e da maximização utilitária da felicidade, quando todo equilíbrio social parece profundamente abalado e mergulhado em um amplo processo de destruição? O começo do século XX testemunha uma rejeição empírica e factual da desregulação de mercado, recuperando definitivamente o Estado como uma instância capaz de limitar juridicamente e moralmente as sociedades capitalistas. Por exemplo, John Maynard Keynes na Inglaterra e John Dewey nos EUA propõem uma recusa forte dos dogmas liberais e insistem no caráter social do Estado como forma de regar e reformular o desenvolvimento capitalista¹. Tanto Keynes, quanto Dewey, contudo, não irão abandonar o ideário liberal, mas sim reformulá-lo segundo a ideia de um “*novo liberalismo*” que em muito se coaduna com a experiência do Estado de bem-estar social da social democracia europeia.

Em suma, o liberalismo já no século XX não parece disposto a contentar-se com os dogmas clássicos e seu caráter crítico dos regimes absolutistas, julgando-os plenamente ultrapassados. Tornou-se, enfim, necessário colocar o problema da

¹ A esse respeito ver “*O fim do laissez-faire*” (KEYNES, 1926) e “*Liberalismo e ação social*” (DEWEY, 1934)

reconstrução da ordem econômica e social através de um imperativo de reforma do capitalismo. Ainda segundo Dardot e Laval, a ideia de que a política se define como uma atividade que visa o bem comum e, portanto, é por direito uma instância instituinte de finalidades morais coletivas marca forte presença nesta primeira tentativa de transformação da tradição liberal, o que explicita sua relação dialógica, inclusive, com o pensamento marxista.

Não deixa de ser irônico que seja também tal objetivo de refundar o liberalismo que estará presente na criação do neoliberalismo. Contudo, o sentido de seu programa será, em ampla medida, o oposto desse “novo liberalismo”. Como descreve Foucault, o neoliberalismo surge no período que vai do entre guerras até o fim da segunda guerra mundial. O colóquio Walter Lippman em 1938 e a criação da sociedade Mont-Pèlerin em 1947 são comumente associados ao surgimento dessa doutrina (DARDOT e LAVAL, 2016, p.71). Assim como o liberalismo, o neoliberalismo não é um corpo unitário de teses, mas sim um pensamento clivado por uma série de diferenças e polêmicas internas. Ele define-se como uma doutrina em permanente tensão e que conhece formulações diversas. Nesse sentido, Foucault nos lembra da pluralidade expressa pela sua versão alemã – o chamado ordoliberalismo da escola de Freiburg –, pelo neoliberalismo da escola austríaca de Von Mises e Hayek, ou ainda nas formulações americanas - tão influentes na América latina ditatorial - com a assim chamada *Escola de Chicago*. Não cabe aqui fazer o inventário minucioso de todas essas posições e polêmicas, mas simplesmente apresentar os traços gerais e alguns princípios fundamentais que permitam uma inteligibilidade e compreensão mais ampla do que é o neoliberalismo.

Seguindo de perto tal questão, digamos que o primeiro ponto que o liga à tradição liberal é uma certa orientação que consiste naquilo que Foucault chamou de “*a fobia do Estado*” (FOUCAULT, 2008, p.103). Tal como a tradição liberal clássica, o neoliberalismo crê reconhecer na instância estatal uma lógica interna que, a longo prazo, acaba necessariamente por produzir controle irrestrito dos recursos e riquezas, paralisação, lentidão e burocracia nas relações de troca, monopólio tirânico da violência, limitação da iniciativa privada e, conseqüentemente, estreitamento do campo de liberdades possíveis. Daí que para os defensores do neoliberalismo as experiências totalitárias que levaram à segunda guerra mundial, assim como os regimes socialistas, são exemplos “evidentes” de que os efeitos destruidores da ordem social – que normalmente são imputados à economia de mercado, ou mais genericamente ao capitalismo – deveriam ser atribuídos na verdade ao Estado e a sua lógica monolítica de poder.

Sobre isso, sublinhe-se a decisão ideológica, pois se trata de afirmar que as crises sucessivas que levaram às duas grandes guerras são decorrências não de uma história das lutas e contradições estruturais das sociedades burguesas, mas sim dos problemas de uma lógica de poder intrínseca à razão pública. Não há “o” capitalismo para o neoliberalismo, há diversos “sistemas capitalistas”, vários arranjos singulares e contingentes que se dão na confluência da dinâmica econômica com as instituições jurídicas e estatais. Sobre esse pano de fundo, o neoliberalismo propõe um problema preciso: “como reinventar o capitalismo no séc. XX”, barrando suas patologias sociais através de uma racionalidade econômica? Como levá-lo para além de sua figura histórica que desembocou no totalitarismo de Estado (FOUCAULT, 2008, p.157)?

Pois bem, caso admitamos esse ponto de partida, o que propõe o neoliberalismo contra o espectro do dirigismo e da planificação estatal? Ele insiste, primeiramente, que aquilo que se demandava do mercado no século XVIII era muito pouco. Não basta que o Estado tenha no mercado seu espaço de verificação, isto é, que ele limite a ação governamental. Visto que a experiência histórica supostamente nos mostrou que o Estado é portador de falhas intrínsecas e insuperáveis e que a economia de mercado apenas se torna um problema quando gerenciadas segundo regras estranhas ao seu funcionamento, os autores neoliberais pedem ao mercado não apenas a limitação do Estado, mas sim e principalmente, “o princípio interno de regulação do Estado, um princípio que o determine de ponta a ponta em sua extensão e ação” (FOUCAULT, 2008, p.158). Em outras palavras, no liberalismo clássico tratava-se de estabelecer um espaço de liberdade econômica, circunscrito por um Estado que no mesmo movimento que se limitava por ele, também o vigiava e o protegia. A fórmula neoliberal reconfigura tal relação, pois agora o mercado será a própria instância constitutiva do Estado. *Trata-se, portanto, de um ideal de estado sob a vigilância e jurisdição permanente do mercado.* Primeiro ponto de continuidade e diferença com a tradição liberal, o neoliberalismo recupera ideologicamente o tema da crítica de Estado para subsumi-lo a um novo princípio de organização.

Tal inversão prepara aquela que é, sem dúvida, sua principal investida, a saber, a crítica à naturalização das leis de mercado. De forma um pouco surpreendente e distante da vulgata política de direita e esquerda, Foucault mostra como o neoliberalismo sempre se mostrou bastante crítico da “metafísica da mão invisível”, dessa ilusão baseada na ideia de que a economia é um domínio completamente a parte da ordem social. Pelo contrário, como insiste Röpke, o mercado é um espaço a ser incessantemente construído, investido

e re-investido por técnicas de governo que o favoreçam: “Não é empenhando-nos em não fazer nada que suscitaremos uma economia de mercado vigorosa e satisfatória. (...) A economia é particularmente difícil e pressupõe muitas coisas que devemos nos esforçar obstinadamente para atingir” (RÖPKE, apud. DARDOT e LAVAL, 2016, p.105). Nesse sentido, o neoliberalismo rompe com uma ontologia da ordem mercantil, assumindo um caráter estritamente construtivista. O que significa dizer que o mercado não será mais um limitador do poder público, o espaço da verdade de um governo. Antes, ele será o *projeto* do *processo de governar*, o próprio *telos* do governo e de suas ações (FOUCAULT, 2008, p.164-165).

O Estado, conseqüentemente, intervém e muito na economia de mercado. Como dirá Hayek, a originalidade do neoliberalismo é superar a dicotomia intervenção/não intervenção através da questão sobre a natureza da intervenção, sua legitimidade: “O Estado deve ou não agir ou intervir? Apresentar a alternativa dessa forma é desviar a questão” (HAYEK, apud. DARDOT e LAVAL, 2016, p.158). A boa pergunta é outra: segundo *qual critério* o Estado deve intervir?

O critério não será nem a mão invisível de Adam Smith, nem os fins sociais, ou o bem comum. Para o neoliberalismo, deve-se com um só golpe recusar tanto a ingenuidade metafísica da tradição liberal quanto a confusão entre ordem econômica e as exigências morais da justiça, caras às tradições de esquerda (DARDOT e LAVAL, 2016, p.159-60). Para tanto, parte-se do mercado enquanto ideia que deve ser atualizada progressivamente. Ora, dirão os neoliberais, a essência do mercado, seu dinamismo capaz de produzir riquezas, sua capacidade de se contrapor aos monopólios, tudo isso deriva de uma característica essencial que não é a relação de troca, mas sim a *relação de concorrência*, o perpétuo jogo de desigualdades entre agentes econômicos que os impulsiona à inovação e ao empreendedorismo. Foucault insiste que esse *deslocamento da troca para a concorrência* é o segundo elemento que singulariza o neoliberalismo, explicando-o (FOUCAULT, 2008, p.160-65).

Sobre isso, vimos como o liberalismo clássico pensava o mercado como um espaço atravessado por relações de troca. O Estado não intervia, no máximo supervisionava tal funcionamento, observando os limites de sua competência. O neoliberalismo critica tal imagem idílica do mercado, fundado em uma equivalência geral e consensual. Pelo contrário, o que define o *bom mercado* é o princípio da concorrência livre, um princípio de desigualdade constitutivo que dota o mercado de seu dinamismo característico. Aqui, o neoliberalismo rompe com o liberalismo ao abandonar a

ingenuidade naturalista cara ao séc. XVIII. Isso porque a concorrência não é um dado natural, assim como o mercado não o é. A concorrência é uma estrutura de relações que deve ser construída como premissa para a maximização dos resultados econômicos, ela é *a forma do mercado* que deve ser constantemente visada. Em outras palavras, o sistema concorrencial funciona tal como uma ideia reguladora e, por conseguinte, não há problemas que a concorrência pura nunca seja definitivamente alcançada. Na verdade, a concorrência é muito mais um objetivo histórico da nova arte de governar, seu *telos*, sua paradoxal promessa de liberdade. Nova descontinuidade com a tradição liberal: “jogo formal entre desigualdades, não mais jogo natural entre indivíduos e comportamentos”, sintetiza Foucault (2008, p.163).

A análise desses dispositivos formais de incitação da concorrência, o saber próprio à gestão do mercado, o acúmulo de informações que permitam a previsibilidade de seu funcionamento, a identificação de gargalos produtivos que comprometem o desenvolvimento, a incitação ansiolítica do par lucro/investimento, o reconhecimento de situações maximizadoras de performance e oportunidades, tudo isso é a teoria econômica que deverá fazer ditando um plano técnico da boa e legítima intervenção estatal. Por isso, diz Foucault:

(...) a concorrência pura, que é a própria essência do mercado, só pode aparecer se for produzida, e produzida por uma governamentalidade ativa. Vai-se ter, portanto, uma espécie de justaposição total dos mecanismos de mercado indexados à concorrência com a política governamental.” (FOUCAULT, 2008, p.165)

Logo, não devemos entender e criticar o neoliberalismo como o retorno ao naturalismo liberal – às palavras de ordem *laissez-faire, laissez-passer* - mas sim como uma política ativa em nome da construção de um mercado ideal, isto é, pura concorrência entre agentes econômicos livres. “O mercado é aquilo que, no fim das contas, é preciso conseguir produzir no governo ” (FOUCAULT, 2008, p.165). O que significa dizer que o mercado não é mais um espaço de verdade, mas sim *a própria norma da governamentalidade*. Consequência última, mesmo os Estados nacionais também seguirão à norma da concorrência e, portanto, serão geridos tal como uma empresa. Em outras palavras, “ao Estado que tem como função construir o mercado, também compete construir-se e gerir-se segundo as normas do mercado” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.275).

É a partir de tal transformação descrita por sua arqueologia da ideia de mercado que Michel Foucault insistia que a forma de organização neoliberal da sociedade reconfigurava a compreensão moderna do sujeito: em uma sociedade cada vez mais

determinada segundo a racionalidade do mercado aberto e seus imperativos de concorrência irrestrita e iniciativa privada, era a própria vida humana que se reduzia paulatinamente a determinadas variáveis quantitativas e ao cálculo utilitário. O resultado era a decomposição analítica da população em termos estritamente ligados às suas capacidades de produção e consumo, isto é, em sua potencial contribuição para o aumento da atividade econômica total do país. Dentro desse quadro, o ser humano passava a ser essencialmente compreendido em termos de *capital humano* – competência, aptidões, valor cultural agregado, técnica, tempo de estudo, conexões com redes de pessoas e investimentos, capacidade de compra, etc – capital esse que nos daria o coeficiente médio da rentabilidade de suas ações enquanto agente interno ao mercado. Dito de forma abrupta, de seu próprio valor social.

Como consequência, a racionalidade econômica torna-se indissociável de uma nova forma de antropologia normativa. À pergunta própria de toda antropologia filosófica - “o que é o homem?” - a “nova razão do mundo” propõe o modelo normativo do “empreendedor de si mesmo” (DARDOT e LAVAL, 2016). Daí a consequente universalização do modelo da empresa enquanto forma privilegiada de relação a si, como se o sujeito nada mais fosse do que um conjunto de competências com fins de reprodução incessante da vida material: “Uma economia feita de unidades empresas: é isso que é, ao mesmo tempo, o princípio de decifração ligado ao neoliberalismo e sua programação para a racionalização tanto de uma sociedade como de uma economia” (FOUCAULT, 2008, p.310).

Dessa forma, todos os indivíduos serão compreendidos como potenciais *empresários de si*. O que nos permite dizer que a antropologia neoliberal é uma antropologia concorrencial de valorização do próprio capital entendido como *vida rentável*. Decomposição analítica da vida de uma população em termos econômicos e gerência feita através da incitação da competição tendo em vista o aumento da produção e do consumo, eis a lógica mais elementar do neoliberalismo enquanto *dispositivo de administração social*. Retirar desse quadro todas as consequências antropológicas é o primeiro objetivo de nossa pesquisa.

2.2 Fundamentação teórica: capital humano e educação

Entre as inúmeras mudanças na compreensão do ser humano pelo ser humano que a noção de capital humano promove, está a própria ideia de educação enquanto prática de

formação do sujeito social. Isso porque, sendo a educação um processo próprio ao ser do ente humano, a determinação essencial de tal ente acaba por determinar também a direção dos processos formativos e pedagógicos. Com o neoliberalismo assistimos uma expropriação da inteligência e de sua capacidade criativa segundo imperativos que não tomam o ser humano como um fim em si mesmo, mas como meio para o verdadeiro fim que seria a reprodução não problematizada do arranjo social. Daí que, se quisermos uma concepção refletida de educação, será preciso uma discussão sobre os seus pressupostos, entre eles uma disputa em torno da humanidade própria a homens e mulheres, uma disputa em torno do que devemos compreender por uma vida plena possível e o papel da educação nesse processo.

Sobre isso, Martha Nussbaum (2010) e Amartya Sen (2007) argumentaram de forma notável como a obstrução de processos educacionais mais amplos e plurais, devido à pressão por resultados pedagógicos mecânicos e pela finalidade da produção massiva de mão de obra qualificada, acabam por empobrecer a existência humana contemporânea, instituindo o “*ser-menos*” como regra e a desigualdade essencial como fundamento para a divisão meritocrática de recursos. Dentro de uma sociedade em que a educação se torna mais um braço da economia, o desenvolvimento pleno da inteligência através do acesso irrestrito à cultura humanística, científica e artística tende a desaparecer. Com isso, o sujeito neoliberal acaba por se alienar de si assumindo irrestritamente os imperativos de mercado enquanto ideal de conduta para si e perante o outro. Todo o desenvolvimento pessoal passa a ser desenvolvimento profissional, as dimensões da cultura, da ética e da estética se tornam supérfluas e o pensamento crítico um entrave para a eficácia exigida pelo competitivo mercado de trabalho.

Ora, mas nesse caso, um problema maior se impõe: como poderíamos ainda sustentar qualquer noção de *autonomia*, e a decorrente responsabilidade que essa enseja, se o sujeito é levado a se formar e agir segundo condições e variáveis que ele não escolheu e sobre as quais não tem controle algum? A compreensão do ser humano enquanto capital humano parece institucionalizar uma concreta heteronomia sobre a ilusória autonomia da iniciativa circunscrita a uma vida privada em condições precarizadas. Mais do que isso, bloqueia o desenvolvimento amplo e irrestrito de nossas capacidades, mutilando o ser na exigência brutal de uma eficiência cega.

Na diferença entre ser-meio e ser-fim surge também a questão da dignidade e do direito. Pois, quando insistimos que a educação é um direito tal afirmação apenas pode ser compreendida sobre o fundo comum de entendermos que a vida humana digna passa

pelo desenvolvimento de suas capacidades mais próprias, como a inteligência comum a todos. Quando abandonamos tal quadro, a consequência é a precarização das condições de realização da existência humana, um processo de bloqueio de suas possibilidades vitais. Desfeito o laço entre dignidade, educação, direito e realização própria, a educação é lançada ao campo dos serviços segundo a lógica das desigualdades que estruturam todo e qualquer mercado. À razão pública sobraria o papel de ações emergenciais que visariam conter tais desigualdades, minimizando-as. O ciclo da impotência e o predomínio das políticas assistencialistas começam, doravante, o seu infinito ruim.

Em segundo lugar, como bem mostraram Wendy Brown (2015) e Theodor Adorno (1994), a decadência de uma prática emancipadora da educação traz um imenso perigo à própria dinâmica democrática. Isso porque não há como pensar uma democracia que não esteja fundada – de direito - na autodeterminação política dos sujeitos. O problema é que, com a guinada neoliberal, a educação é reduzida basicamente a um “investimento” que tem em vista o esperado “retorno econômico”. Quando o crescimento do PIB se torna a única justificativa e régua para as políticas de educação, então a própria democracia se encontra fragilizada, pois seus dois pilares de sustentação central – a formação do cidadão e autodeliberação emancipadora - são atacados. Submeter a formação do sujeito ao imperativo de crescimento econômico é destruir as condições mais elementares para a concretização efetiva de uma democracia real.

Nossa hipótese, portanto, é que o principal efeito de tratar a subjetividade, a escola e a universidade tal qual uma empresa é precisamente o divórcio entre educação e sua função política. A partir de então, uma nova ideologia da educação como desenvolvimento de “competências e habilidades” irá determinar em grande parte o rumo das discussões pedagógicas, assim como a tentativa de racionalizar a formação do indivíduo através de testes e avaliações meritocráticos irá predominar no debate especializado. O ataque às humanidades e às artes, assim como o retraimento da importância do pensamento crítico na formação de cidadãos serão apenas efeitos de uma cadeia de medidas que visa a inscrição irrestrita de toda e qualquer subjetividade e instituição de ensino nas malhas dos imperativos econômicos.

3. Objetivos e metas a serem alcançados

Em síntese, conforme o que foi apresentado, o objetivo desse trabalho é um aprofundamento na compreensão da atual racionalidade política econômica através da análise de um de seus conceitos antropológicos centrais, a saber, o de “capital humano”. Tal análise visa, ao final, dar um viés crítico sobre os limites de tal definição do ser humano tendo a educação como um campo privilegiado de exemplo de um aspecto da vida humana que resiste em ser completamente integrado por imperativos econômicos.

A meta de nossa pesquisa, ao seu fim, é que ela se torne um artigo científico a ser publicado em revista especializada, artigo esse que desenvolva os problemas circunscritos a partir da confrontação crítica com as referências apresentadas

4. Metodologia a ser empregada

Nossa pesquisa segue a metodologia padrão em estudos de filosofia: leitura crítica da bibliografia, somado à discussões com os pares, para a posterior produção de um texto analítico expositivo.

5. Principais contribuições científicas da proposta

A proposta apresenta três tipos de contribuições significativas. Em primeiro lugar, é uma pesquisa que ao analisar de forma rigorosa a noção de capital humano contribui para o esclarecimento epistemológico de uma categoria amplamente utilizada dentro das ciências humanas hoje em dia. Em segundo lugar, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de bases para uma filosofia da educação crítica e relacionada com o atual contexto econômico e geopolítico do mundo. Por fim, nossa pesquisa contribui na área de filosofia política ampliando a compreensão da noção foucaultiana d biopolítica, discussão essa que conheceu um crescimento exponencial de publicações nas universidades do mundo todo.

6. Cronograma do Projeto

Agosto- Dezembro de 2019	Leitura e fichamento do material bibliográfico
Janeiro-março de 2020	Elaboração da primeira versão do artigo
Abril-Julho de 2020	Revisão, finalização e publicação do artigo

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. *Educação e emancipação*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*, São Paulo, Companhia de bolso, 2013.
- AGAMBEN, G. *Qu'est-ce u'un dispositif?*, Paris, Payot, 2009.
- BECKER, G. *Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*, third edition. Chicago, Chicago university press, 1993
- BROWN, W. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*, Cambridge, MIT Press, 2015
- CLARKE, P. *Liberals and Social Democrats*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978.
- DARDOT e LAVAL, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, São Paulo, Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica*, São Paulo, Martins Fonte, 2008.
- _____, *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, 2001.
- _____, *Qu'est-ce que la critique*, Paris, Vrin, 2015.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1970.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*, São Paulo, ed. Loyola, 2014.
- HAYEK, F. *O caminho da servidão*, São Paulo, Mises Brasil, 1983.
- LAVAL, *L'homme économique*, Paris, Gallimard, 2007
- NUSSBAUM, M. *Not for profit: why democracy needs the humanities*, New Jersey, Princeton University Press, 2010.
- RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*, Belo Horizonte, ed. Autêntica, 2011.
- SEN, A. *Development as freedom*, New York, Borzoi Book, 1999.
- STREECK, W. – *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo, Boitempo, 2014.